

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

N.º 1/2017

DATA: Vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e dezassete.-----

HORA: Dezanove horas e dez minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em substituição do Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP);-----

- Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP);-----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado (PPD/PSD);-----

- Dr.ª Rosária de Fátima Leite Tavares, em substituição do Sr. Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----

2017.02.24

- Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD), que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----
- Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----
- Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
- Serafim Rodrigues (PPD/PSD);-----
- Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
- Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS);-----
- Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS);-----
- PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
- PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----
- CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, que chegou mais tarde conforme oportunamente se faz referência;-----
- PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
- CDS/PP - António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
- CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
- CDS/PP – Dr.ª Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.--

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida

2017.02.24

de Matos Gomes, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva e Dr.^a Daniel Sofia Paiva da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Eng.^o José António Bastos da Silva, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. Nelson da Silva Martins.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^o Rui Manuel Martins de Almeida Leite, começou por informar que:-----

- por ofício ref.^a 16/17, de 17 de fevereiro de 2017, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (Entrada n.^o 24, de 17.02.2017) informou que se fará representar na sessão pela Dr.^a Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----

- por requerimento de 20 de fevereiro de 2017, o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos (Entrada n.^o 27, de 21.02.2017) solicitou a sua substituição, por não poder comparecer à presente sessão por à data se encontrar no estrangeiro, em trabalho. Nos termos da Lei, foi convocada a Sr.^a Dr.^a Rosária de Fátima Leite Tavares, para preencher a vaga.-----

- por requerimento de 24 de fevereiro de 2017, o Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (Entrada n.^o 31, de 24.02.2017) solicitou a sua substituição, por motivos imprevistos. Nos termos da Lei, foi convocado o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos, para preencher a vaga.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou a **correspondência recebida** no período compreendido entre a última sessão (12 de dezembro de 2016) e a presente data, destacando:-----

- o ofício da Câmara Municipal, ref.^a 225/2017, datado de 14 de fevereiro, (Entrada n.^o 20, de 14.02.2017), que remete, para conhecimento, as Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Vale de Cambra, aprovadas em reunião da Câmara Municipal de 24 de janeiro de 2017 e o Relatório de

2017.02.24

Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 7 de fevereiro de 2017;-----

- o ofício da Câmara Municipal, ref.^a 283/2017, de 22 de fevereiro (Entrada n.º 29, de 23.02.2017) que remete, para conhecimento, o processo do Concurso Público 5/2017 – Aquisição de Apólices de Seguros.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados na pasta “Correspondência recebida”.-----

VOTOS DE PESAR APROVADOS:-----

- **A Assembleia Municipal** aprovou, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, o seguinte voto de pesar: “Foi com profundo pesar que, no passado dia 16 de dezembro, tomamos conhecimento do falecimento do Eng.º Miguel Matos.-----

Com o seu prematuro desaparecimento, Vale de Cambra perdeu um amigo do Concelho, um cidadão interventivo e um homem de nobres causas.-----

Nas suas múltiplas funções institucionais de autarca e de dirigente de organizações desportivas e de instituições de ação humanitária e de assistência social, o Eng.º Miguel Matos sempre desempenhou os cargos com grande empenho, profunda dedicação e reconhecida competência.-----

Perante esta perda, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, de que foi distinto membro nos mandados de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013, expressa a sua consternação e condolências a familiares e amigos.”-----

- **A Assembleia Municipal** aprovou, sob proposta da bancada do PS, por unanimidade dos vinte e quatro membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da República, Dr. Mário Soares, “o primeiro civil eleito em democracia para a mais alta magistratura da nação. Sendo uma inquebrável referência da luta pela democracia e pela liberdade, antes e depois

do 25 de abril, Portugal e Vale de Cambra perderam o exemplo máximo da tolerante luta pelos princípios democráticos.”-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE

2016: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins

de Almeida Leite informou, que dos pedidos de correção, alguns foram aceites, outros não, o que foi devidamente comunicado aos requerentes. Neste momento, ainda há algumas pequenas alterações a fazer, mas que em nada têm a ver com o sentido do texto.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de doze de dezembro de dois mil e dezasseis, com as correções à proposta da ata, por maioria de vinte e três votos a favor e uma abstenção da Dr.ª Rosária Fátima Leite Tavares, por não ter participado na sessão.-----

Chegou à sessão a Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, após cumprimentar os presentes, corroborou com o voto de pesar que foi expresso pelo falecimento do Eng.º Miguel Matos e, também, pelo Dr. Mário Soares, ambos já votados. Quis, também, deixar uma expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Guilherme Pinto, que foi Presidente da Câmara de Matosinhos, no sentido institucional de que ele foi até aos últimos dias da vida, Presidente de uma “Câmara irmã”, da Área Metropolitana do Porto (AMP), e era, de facto, um homem que defendeu e que atraiu para Matosinhos alguns dos projetos de que toda a AMP está a beneficiar.-----

Fez, também, referência ao Índice de Transparência Municipal, recentemente publicado e onde o Município de Vale de Cambra teve uma pontuação muito digna, uma subida em termos quantitativos muito expressiva, tendo atingido os 71,15 pontos numa escala de 100 o que é, de facto, já considerado quantitativamente como Bom. É de realçar que se encontra no 56.º lugar entre os

2017.02.24

308 Concelhos do País. Foi considerada a Câmara mais transparente do Entre Douro e Vouga e a terceira Câmara mais transparente do Distrito de Aveiro. 71,5 pontos para uma média nacional de 52,4 e para uma mediana de 47,7 revelam bem o nível de transparência, de qualidade e de integridade na governação municipal do Concelho de Vale de Cambra, e por esta razão naturalmente não pode deixar de felicitar o Executivo e, em particular, as pessoas que mais estiveram empenhadas neste processo de transparência e, também, os colaboradores da Câmara. É claro, que nos dias de hoje, um Órgão da Administração Pública tem de ser transparente e dado a conhecer a toda a população, aberto e muito próximo de todos os cidadãos já que a proximidade é um fator muito importante do Poder Local.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, que, após cumprimentar os presentes, referiu que se associou de uma forma muito particular aos votos de pesar apresentados. O Eng.º Miguel Matos pertenceu à Assembleia Municipal no anterior mandato, pelo que quis testemunhar a grande dignidade, a grande competência, que sempre apresentou aqui e em todos os atos da sua vida pública. Sobre o Dr. Mário Soares, referiu, e não de uma forma de fugir ou apoucar isto, pelo contrário, teve a honra de estar com o Sr. Dr. na fonte luminosa, em 1975. Era na altura aprendiz de sindicalista, na altura lutava-se contra a unicidade sindical e contra a falta de democracia existente com o PREC. Aí viu a força do homem, querendo-lhe agradecer isso. Esteve, também, com ele em Vale de Cambra em 1985 porque o recebeu nos Paços do Concelho, quando como Primeiro-Ministro veio inaugurar o Hospital, o Mercado Municipal e a ETAR. Por isso quis reconhecer em termos pessoais e autárquicos, aquilo que foi Mário Soares, também, para Vale de Cambra.-----

De seguida, fez um esclarecimento que é, simultaneamente uma afirmação de responsabilidade: “A sessão de setembro de 2013 não se realizou porque não

2017.02.24

tinha a ordem de trabalhos, nem sequer a informação do Sr. Presidente da Câmara. Analisados os custos-benefícios não a convoquei.”-----

Referiu congratular-se com tudo o que se faz bem em vale de Cambra. Tudo o que se faz bem em Vale de Cambra é uma satisfação, pois como cidadão e como autarca foi assim que sempre pautou a sua vida. -----

De seguida, disse que tinha um apontamento para pôr comum, o que não lhe agrada muito fazer, esperando até que isto não seja verdade. Acrescentou que, durante este mandato, viveu-se debaixo de alguns falsos argumentos, hoje vai referir um. Aqui, e no Município inteiro, foi dito sempre que o Tribunal de Contas não tinha visado o empréstimo de 5,5milhões de euros para a “municipalização do parque subterrâneo”. Foi sempre dito isto e quer saber a verdade, pois consta-lhe que a Câmara não pediu esse visto. A Câmara não pediu o visto ao Tribunal de Contas, portanto o processo não foi visado porque a Câmara não pediu o visto. Se é verdade que a Câmara não pediu o visto, viveram estes quatro anos debaixo da mais completa suspeição, desnecessariamente. Isso não se faz. A opinião pública foi intoxicada. Este facto chegou, inclusivamente, pela argumentação que aparece na sentença do Tribunal Arbitral, ao Tribunal Arbitral. Queria, de facto, que isso não tivesse acontecido ou que isso fosse hoje aqui desmentido.-----

Perguntou, ainda, sobre a ligação à A32. Tem alguma preocupação relativamente a isto porque ouve falar da ligação de outros Concelhos à A32. A nossa ligação à A32 está em grande parte, na maior parte, feita pelos Valecambrenses. Queria que acautelassem essa ligação, que é estrategicamente importante para o Município, é de uma importância primordial.-----

Perguntou, também, como está o ensino superior. Já o referiu aqui mas, para contextualizar, tiveram aprovado pelo Ministro do Ensino Superior, Nuno Crato, um curso de ensino superior aprovado para Vale de Cambra. Inclusivamente, tiveram as instalações que foram avaliadas e, na altura, cedidas, do Edifício

2017.02.24

Municipal para o funcionamento do ensino superior, via ISEP (Instituto Superior de Engenharia do Porto), em Vale de Cambra. Assim, quis saber como está essa situação.-----

Chegaram à sessão os senhores Rogério Brandão dos Santos e Henrique Martins Pereira.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, após cumprimentar os presentes, começou por dar os parabéns ao Executivo porque finalmente as videiras do Parque da Cidade deixaram de rastejar e foram colocadas quase como devia ser, “porque algumas já ficam com os cotovelos, que é difícil corrigi-los”.-----

Elogiou, também, o Executivo pelas famosas rampas do centro de Macieira de Cambra que, finalmente, após três anos e alguns meses de mandato, vêem aquelas rampas como deve ser. Só não entendem que para uma obra daquela dimensão seja necessário tanto tempo, não entendem o porquê, mas “vá lá foram corrigidas”. Por outro lado, chamou atenção, uma vez que o trabalho está bem-feito, que a sinalética adequada às mesmas rampas e outras que existem no Concelho, fosse colocada pois seria positivo.-----

Deu os parabéns à Câmara Municipal, pela colocação do tapete na estrada que liga Vila Chã à empresa BEL, não propriamente ao limite do Concelho, mas até à BEL, porque este Executivo que tanto tem elogiado os industriais, lembrou-se que aqueles também eram merecedores. Só não entende porque traçaram as linhas limites a branco, e a separadora no centro, apenas até à BEL. Tanto quanto sabe, e a menos que esteja errado, o limite do Concelho vai sensivelmente até ao cruzeiro de Teamonde, pelo que perguntou porque as marcações pararam em frente à BEL, que dali para cima, particularmente à noite, não existe iluminação, ou a mesma é deficiente, e aí as linhas ficaram por pintar. Sugeriu ao Sr. Presidente que seja feito. Entende que foi uma lacuna, foi uma falha de alguém,

2017.02.24

mas que não se entende. Na traçagem das linhas brancas tem-se notado na parte central do Concelho, de facto, as coisas começam a ficar bonitas, era bom que não esquecessem algumas estradas secundárias, que ficam mais fora da periferia da cidade, e que às vezes são esquecidas, e que, também, precisam porque provavelmente os contribuintes dessas zonas também pagam as suas contribuições ao Município.-----

De seguida, e prometendo que não voltaria a falar das Piscinas do Centro Escolar Arões/Junqueira, referiu-se à falta de segurança daquela escola. Segundo sabem, ainda recentemente surgiu um acidente, como é normal com crianças, e foi preciso ser a professora a deslocar-se com o aluno para lhe dar o tratamento devido, ficando a escola apenas com um funcionário ou dois. Segundo quanto sabe, ou que o informaram, pode estar errado, há uma funcionária de baixa e restam duas funcionárias, e que há momentos em que está apenas uma funcionária ao serviço para muita gente. Crê, também, que isto é do conhecimento do Executivo porque houve pais que manifestaram esta situação e, por outro lado, a pessoa responsável pelo Município na escola já tem conhecimento, só que o problema ainda não foi resolvido. Será que aquela escola e aquela zona está decididamente destinada ao abandono? Fica a dúvida.-----

Referiu que leu (na Informação Municipal), dos serviços que a Câmara Municipal vai executando, um levantamento topográfico de uma ETAR em Junqueira. Pensa que não está errado e que é no levantamento topográfico que faz referência a uma ETAR em Junqueira. Disse ao Sr. Presidente da Câmara, que tivessem o devido cuidado, que a ETAR fica lá muito bem, mas que deverá ter o devido cuidado, para não acontecer como com a ETAR de Cabrum, que só serve uma meia dúzia ou uma dúzia de famílias, ou seja, uma pequena percentagem da população de Cabrum. Não está a fazer critica para que não seja feita, mas que

2017.02.24

tenham o devido cuidado para que não ocorra a mesma situação daquela mais a baixo.-----

Há cerca de dois anos sensivelmente, foram feitas três reuniões, a primeira na qual esteve presente na escola de Arões/Junqueira, outra no Centro Cívico de Rôge e a outra na Biblioteca Municipal, sobre os problemas do desaparecimento da população em determinados locais. Foi feito um levantamento, e muito bem, a razão da desertificação no Concelho, só que não souberam quais foram as conclusões. Ficaram na dúvida se isso foi apenas para sensibilizar as pessoas de que havia uma preocupação no Município no sentido de arranjar soluções para o efeito, ou se foi de facto para pegar no problema e tentar encontrar soluções. Ficaram na dúvida, pelo que gostariam de ser esclarecidos.-----

Interveio o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, que, após cumprimentar os presentes, referiu congratular-se com as obras no jardim e rampas, obras há muito prometidas e felizmente já prontas. Congratulou-se, também, com a participação da Câmara no sintético do Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra.-----

De seguida, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação da estrada para Porto Novo, uma vez que este falou que era para fazer um levantamento, para poder fazer o pedido aos respetivos proprietários dos terrenos. -----

Informou que, na zona limite do Concelho com o Concelho de Arouca, existe uma placa com o texto “Bem vindos a Vale de Cambra/Vale Mágico”, que está tombada, o que não dá muita credibilidade à Câmara Municipal.-----

Deu a conhecer, também, que a Junta de Freguesia andou a fazer limpeza na Borbolga e a desentupir a ponte, que quando choveu ficou cheia de água, impossibilitando a passagem, tendo-se reparado que os varandins estão danificados. Solicitou que fossem reparados, antes de cair. -----

2017.02.24

Perguntou, por fim, qual o ponto de situação da Escaleira.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, após cumprimentar os presentes, felicitou o Sr. Prof. Vítor Ferreira autor da escultura em homenagem ao escritor Ferreira de Castro, que fez belas descrições sobre Vale de Cambra, e que essa escultura embeleza um espaço no Parque da Cidade. Naturalmente, uma palavra de apreço ao Agrupamento de Escolas de Búzio que esteve envolvido nesta iniciativa bem aproveitada pela Câmara Municipal.-----

Hoje já viram algumas referências a obras feitas pela Câmara, esperam que daqui a alguns meses possam falar de uma forma mais lata da obra deste mandato e, de facto, três anos e meio é tempo a contabilizar.-----

Como já foi falado algumas vezes, e como não tem havido resposta, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se tem havido aproveitamento do Plano Estratégico do Entre Douro e Vouga, desenvolvido pela Dr.^a Cristina Azevedo. Se este pode dizer, dos 600mil euros que estiveram previstos para investir no Parque da Senhora da Saúde, o porque não. Perguntou, também, o ponto de situação da avenida de acesso à Senhora da Saúde, da continuidade desta avenida.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, informou que, no seguimento da sessão anterior, não lhe chegou nenhuma pergunta para ser colocada ao Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto que estiveram a discutir. Não correu o risco de interpretar algumas questões que pudessem ter sido levantadas e que estão na ata. Mas, que enviou um ofício ao Sr. Presidente da Câmara com algumas questões, e recebeu a resposta hoje pelas 14h30m, pelo que na próxima semana fará chegar essa informação à Assembleia Municipal – as questões colocadas por si e a resposta obtida por parte da Câmara Municipal.-----

2017.02.24

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, após cumprimentar os presentes, informou, em resposta ao Dr. Manuel Augusto que o visto foi pedido ao Tribunal de Contas, mas que não foi dada posterior resposta às questões levantadas pelo Tribunal de Contas porque o grosso dessas questões não tinham objetivamente resposta, e este foi o entendimento dos advogados que assessoravam a Câmara Municipal.---

Relativamente ao acesso à A32, questão já abordada anteriormente, referiu que o projeto está a ser elaborado pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Foi aberto um concurso, houve uma empresa que ganhou o projeto, começou a fazê-lo e a meio do processo entrou em falência, portanto teve de iniciar-se novamente o processo, tendo o projeto sido entregue a uma outra empresa, que, neste momento, está com os estudos adiantados. De facto, houve um compasso grande de espera que teve a ver precisamente com este problema com a empresa que estava a elaborar o projeto.-----

No que refere ao ensino superior, dirigindo-se ao Sr. Dr. Manuel Augusto, disse-lhe que foi pena que quando este tinha tudo preparado para abrir o ensino superior não o tivesse efetivamente concretizado porque hoje seria de facto uma realidade. De qualquer forma, informou que continuam a trabalhar nesta matéria, que têm três cursos aprovados. Ainda não houve condições para eles abrirem. Acrescentando que o Sr. Dr. continua a abanar a cabeça, talvez por achar que está a mentir. Ainda não houve condições para abrir, pois não depende exclusivamente da Câmara Municipal, depende muito do ISEP, dos financiamentos que este eventualmente consiga obter. Logo que estejam reunidas as condições, todos estariam com essa vontade, pois faz falta a Vale de Cambra, os industriais sentem imensas dificuldades em encontrar mão-de-obra qualificada, proveniente quer do ensino intermédio, quer do ensino superior. Tem de ser uma

2017.02.24

aposta na formação especializada, e aqui tem de haver um envolvimento grande, e cada vez maior, das empresas.-----

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Eng.º Afonso Almeida, concretamente a sinalética das rampas, referiu que sempre que exista uma rampa a respetiva sinalética terá de estar colocada, não se tem apercebido onde não exista. Num ou noutro sitio pode eventualmente não existir, agradece que lhe transmita essa informação, ficaria grato.-----

Quanto à pintura do pavimento colocado até à BEL, referiu que o pavimento foi requalificado, dali para a frente não existem infraestruturas de água e saneamento e como tal foi entendido que não se deveria fazer a pavimentação para não gastar dinheiro e depois de pavimentar ir estragar. O objetivo é em primeiro lugar fazer as infraestruturas que faltam naquele troço até ao limite do Concelho e então depois fazer a conclusão do trabalho. Isso não está lá explicado no local, mas a justificação é claramente esta. -----

Quanto às pinturas fora da zona urbana, têm feito um esforço, contido em função dos meios disponíveis, no sentido de fazer a remarcação da sinalização horizontal. Também o têm feito fora do centro urbano, há algumas ruas que foram requalificadas e tiveram a respetiva pintura, inclusivamente naquela rua muito afetada pelo nevoeiro - o acesso a Junqueira pela estrada da Chã, com a marcação da faixa central para melhorar a visibilidade.-----

Relativamente ao acidente na escola, disse não ter tido conhecimento do mesmo, que naturalmente com crianças é imprevisível, o acidente não lhe foi reportado. Mas concretamente quanto ao pessoal e à falta de assistentes operacionais, pediu à senhora vereadora Eng.ª Catarina Paiva que complemente a informação se assim o entender.-----

Quanto à ETAR, e após esclarecimento do Sr. Eng.º Afonso Almeida de que se referia à ETAR de Felgueira e não à de Junqueira, continuou o Sr. Presidente da

2017.02.24

Câmara dizendo que iniciaram a construção de uma ETAR na Felgueira porque, além dos moradores, existem ali dois restaurantes que produzem muitos efluentes, era importante dar resposta a isso e, também, porque na rua principal já tem a rede de saneamento instalada. Era, de facto, importante que a mesma fosse construída. Ao fazer a ETAR o objetivo é que sirva o maior número de pessoas, ao contrário daquilo que acontece em Cabrum.-----

Em relação às sessões sobre a demografia, referiu que foram feitas com as melhores das intenções, numa tentativa de despertar e de perceber a sensibilidade das pessoas, aquilo que as preocupava e tentar encontrar mecanismos que com o tempo permitam inverter esta tendência. Sem demagogias, todos sabem que esta tendência não é fácil de inverter, é uma tendência nacional, com uma ou outra exceção, é uma tendência nacional.-----

Relativamente à estrada para Porto Novo, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, referiu que gostaria de dizer que amanhã a estrada se vai iniciar, mas não o pode dizer, para não o enganar. Os dois têm um forte desejo de resolver este problema porque é uma das estradas do Concelho que está em pior estado e precisa de uma intervenção o mais rápida possível.-----

Quanto às placas do Vale Mágico, referiu que foram mal concebidas e com o vento cederam, e que já foi pedido que fossem recolhidas e que se corrigissem os suportes onde elas estão fixadas.-----

Em relação à Escaleira, informou que a obra já deveria ter começado, pois já se encontra adjudicada. É uma questão de dias.-----

Relativamente à Borbolga, disse não ter ido ao local, mas que vai solicitar à DSUOM (Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais) que verifique a situação. Disponibilizou-se para acompanhar o Presidente da Junta ao local.-----

Quanto à questão levantada pelo Sr. Dr. António Pina Marques, sobre o estudo feito pela Dr.^a Cristina Azevedo, referiu que foi um estudo feito, que não foi ainda

2017.02.24

apresentado porque não houve oportunidade para isso. Pensa que este estudo precisa de uma articulação com várias coisas, já podia ter sido apresentado há vários meses, mas ele tem de ter um enquadramento, esta apresentação tem de ser feita com enquadramento, com algo que o possa potenciar e valorizar. Apresentá-lo de uma forma nua e crua será redutor para o próprio estudo.-----

Em relação à Avenida da Senhora da Saúde, disse que o Dr. Pina Marques sabe precisamente em que situação está. Sabe qual foi a situação que este executivo herdou em relação a este processo da via da Sr.^a da Saúde, não vale a pena estar a adiantar muito mais.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo que uma das coisas que o levou a ir ali novamente foi ouvir o Sr. Presidente dizer que ele acharia que estava a mentir. Quis esclarecer que não é capaz de dizer a nenhum autarca que ele é mentiroso. Portanto, essa não! O gesto que estava a fazer era pela “não resposta” do Sr. Presidente às perguntas que lhe foram feitas. Esclareceu que não estava a dizer que o Sr. Presidente estaria a mentir, não é capaz disso. Perguntou-lhe se o visto tinha sido recusado pelo Tribunal de Contas e o Sr. Presidente respondeu que não tinham respondido ao Tribunal. Isso é intolerável, pois respondeu centenas de vezes ao Tribunal de Contas, juntamente com uma pessoa dos serviços, e sempre arranjaram respostas para defender os interesses do Município. O Tribunal está lá para defender o interesse público, não está para aguentar opções seja de quem for. Teve o cuidado de medir as palavras porque não sabia do que estava a falar, não está ali, nem nunca esteve, para insultar nenhum autarca, a sua vida foi defender as autarquias e os autarcas. Sabe muito bem como se responde ao Tribunal de Contas, aliás tendo consigo o processo disponibilizou-o a quem quiser consultar o mesmo, o processo que não foi respondido. Tem a certeza que há ali pessoas que defenderam esta Câmara e

2017.02.24

que possivelmente não sabiam isto, porque eu considero-os tanto que não podiam ter os custos que tiveram aqui. -----

Quanto ao ensino superior, referiu que não está na Câmara já há sete anos, portanto, também abanou a cabeça, porque isto foi há quatro anos e não está na Câmara há sete, mas tem conhecimento de causa, sabe do que está a falar.-----

De seguida, referiu que a Felgueira há anos que precisa da ETAR e que o Sr. Presidente está no bom caminho. A Felgueira precisa de uma ETAR, tem restaurantes, é uma terra viva, precisa mais do que outra na Freguesia.-----

Sobre o jardim de Macieira de Cambra disse que aquilo está em esquadria, está ótimo, e que agora a rapaziada diverte-se na rampa, porque ninguém respeita os 20. Estando lá com os netos, reconhece que aquilo é um perigo, safe o autocarro que não tiveram em conta para o estacionamento dos alunos da escola e que tapa a avenida. Está bem-feito, esse autocarro é o salvador da segurança das crianças. Está lá todos os dias. Agora aquilo serve para saltar, pois ninguém respeita os 20, aliás quem antes respeitasse a velocidade 20km/hora não batia na rampa. É um alerta. Pediu desculpa pela exaltação, que vem de antes. A segurança não foi acautelada, mas sim o bem-estar do trânsito, dos motoristas, pois só os “tolos” que não respeitavam os 20km/hora é que ficavam lá com o cárter parado. Estava lá com os netos, “era contra todos os Deuses e contra a Câmara”, chamado “quebra molas”. Espera estar enganado, espera que não haja lá risco para as crianças e outras pessoas. -----

No uso da palavra o Sr. Albano Oliveira Braga, após cumprimentar os presentes, referiu que o Sr. Dr. Manuel Augusto trouxe o tema do ensino superior, acrescentando que está na Assembleia Municipal desde o ano de 2009, que nunca faltou a uma assembleia e esta questão foi ali por diversas vezes debatida. Lembra-se que aquando da homenagem da atribuição da Medalha de Ouro ao Reverendo Padre Martingo, o Sr. Vereador Eng.º José Bastos então Presidente

2017.02.24

da Câmara fez uma intervenção em que falou sobre o ensino superior. Na Assembleia Municipal fez uma intervenção sobre o ensino superior em Vale de Cambra e os problemas que estavam a ocorrer, e disse que havia uma solução que tinha sido apresentada numa reunião de quadros superiores no Ministério do Trabalho, entre o Ministério do Trabalho, o Ministério da Economia, o Ministério do Trabalho e outros Ministérios. Foi trucidado nesse dia, e na assembleia seguinte novamente trucidado. Como este tema voltou novamente à berlinda, vai pedir autorização ao técnico superior do Ministério da Educação que lhe contou a disponibilidade em resolver o assunto do ensino superior e o financiamento, que o liberte para entregar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a atestar que aquilo que falava era verdade. Numa assembleia foi humilhado porque foi feita uma “espécie de encomenda” ao Sr. Dr. Domingos Fernandes, do ISEP, e ao Sr. António Jorge Pinho para entrar “neste barulho” do ensino superior. Lembra-se como se fosse hoje, que eles entregaram umas cartas à Mesa da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia de então, Prof. Manuel Augusto, “de uma forma miserável”, leu as cartas, conteúdo privado, que até o chefe de bancada do PSD de então, Dr. Paulo Barbosa, na altura se levantou e disse que não concordava com o que tinha sido feito. Está na ata tudo o que foi dito, e os documentos. Referiu que mostrará esta correspondência em particular ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para atestar que fala verdade. Se a Técnica Superior o autorizar a mostrar a correspondência, fará a entrega de um dossier para ver o que foi dito na altura, acerca do ensino superior e da solução encontrada, e que foi recusada por muito boa-gente, que agora vem chorar lágrimas de crocodilo.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Dr. Manuel Augusto foi ali falar como se fosse o melhor autarca do Concelho e como se fosse a pessoa que mais defendeu os interesses dos Valecambrenses. Referiu

2017.02.24

que é ligeiramente mais novo mas que é Autarca, ininterrupto, desde 1989, tem-se dedicado muito aos Valecambrenses, lutou muito pela sua Freguesia e continua a dar o melhor de si, de uma forma pessoalmente desinteressada, mas com grande interesse pelo Concelho. Não tenha dúvida de que tal corresponde à verdade. Tem feito tudo ao seu alcance, todos o sabem, o ensino superior não tem passado por bons momentos, houve cortes no financiamento, houve uma série de questões que estão à margem dos Municípios e, independentemente, de lutarem ao máximo, até à exaustão, para trazer os cursos superiores para Vale de Cambra, não foi por falta de vontade, não foi por não quererem, foi por não ser possível, por não existir financiamento ao ISEP ou para o ISEP para que pudessem abrir aqui os cursos. Ainda há meia dúzia dias disse à Sr.^a Vereadora da Educação que entrasse em contacto com a Escola Tecnológica porque nesse mesmo dia tinham aberto candidaturas para que os cursos pudessem funcionar. Naturalmente, só funcionarão se existirem candidaturas e financiamento porque não há meios financeiros disponíveis para fazer face às despesas ligadas ao funcionamento dos cursos. O ISEP não gasta, e isto são palavras suas não são do ISEP, não gasta um cêntimo se não tiver financiamento, não tem dúvidas disso. Aquilo que é importante é lutarem todos para sensibilizar o ISEP ou outro instituto qualquer, ou outra universidade qualquer, a ministrar cursos em Vale de Cambra porque efetivamente eles são necessários e são importantes, e mais urgentes para os nossos empresários. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu ao Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho o direito de resposta à intervenção proferida pelo Sr. Albano Braga, passando o mesmo a dizer que nunca o disse na vida a ninguém nem se considera um autarca modelo, longe de si responder isso, nem como Presidente da Assembleia no mandato anterior. Sobre o que aconteceu na Assembleia no mandato anterior está em ata e o que está em ata foi o que lhe foi pedido para ser

2017.02.24

feito na sessão da Assembleia. Não conhece cartas nenhuma escondidas nem elas foram apresentadas, o que sabe é que com toda a transparência e o que diz que esteve em cima da mesa. E sobre a sessão da assembleia de que fala, o membro desta e da anterior Assembleia Municipal, Sr. Albano Braga, tudo o que foi feito foi a pedido dos interessados, sabendo exatamente as declarações que foram proferidas numa assembleia municipal e que são tornadas públicas. A partir daí a única coisa que se fez nessa assembleia foi, a pedido das pessoas, transcrever em ata as declarações que quiseram prestar para esclarecer a Assembleia Municipal.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, pedindo desculpa pois na sua anterior intervenção esqueceu-se de uma questão que agora coloca, sobre as barreiras da estrada que liga Lordelo à Zona Industrial de Lordelo/Codal, em frente ao Quartel dos Bombeiros. Têm presenciado o elogio e a importância que se dá aos Bombeiros, mas saindo do Quartel deparam-se com uma situação menos agradável, aquelas barreiras. Não sabe se estão à espera que elas caiam mais, ou que causem outros danos. Juntamente àquelas duas, há uma outra no lado oposto, mesmo a chegar à Z. I. de Codal, extremamente mais alta e bastante perigosa. Do lado esquerdo quem sobe, está lá uma barreira muito alta, extremamente perigosa, ainda bem que o inverno não está a ser pesado, mas com um inverno pesado não se sabe as consequências que vai trazer. Pensa que era de bom-tom tomar as medidas necessárias, antes que surjam as desgraças. -- Em relação ao ensino superior, disse que já abordaram a questão duas vezes, acrescentando que, interpretem como o entenderem, mas já ouviu tantas promessas sobre o ensino superior em Vale de Cambra, quer no mandato anterior quer neste mandato, que até já perdeu o apetite de falar neste assunto. Se o ensino superior, como já hoje foi referenciado, esteve numa fase em que esteve quase a chegar a Vale de Cambra foi pena que, de facto, nessa altura não se

2017.02.24

tivesse aproveitado, porque daí para cá as coisas andaram para trás. O ISEP hoje tem cerca de 15% a 20% da verba que tinha há cinco anos. Fala com conhecimento de causa. A verba destinada ao ISEP reduziu substancialmente. O ISEP hoje sobrevive com projetos que faz com os próprios alunos, com colaboração dos professores, que vende e fatura, portanto não tem meios. Quando veem outros polos de ensino de outras regiões do País que fecharam, estão à espera de quê? Andam aqui a prometer uns aos outros, não chega, não basta, não adianta. Aquilo que deixam ficar é que a Câmara Municipal, o Executivo atual, se continue a empenhar seriamente e que não desista de tentar, mas efetivamente “o tempo das vacas gordas já lá vai”, referiu, pedindo desculpa pelo uso desta expressão “menos simpática”. Agora é extremamente mais difícil. Terminou a sua intervenção, referindo “Estão a bater no ceguinho para quê?”.-----

Chegou à sessão a Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro, referiu que o Eng.º Afonso sintetizou aquilo que é a realidade, e que este foi claro. O ISEP não tem o dinheiro que tinha, tem alguma vontade, a Câmara tem muita vontade, falta encontrar os meios necessários para, se os encontrarem chegam lá.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que estão a alterar um pouco as coisas, que habitualmente o Período de Antes da ordem do Dia termina com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mas concedeu ainda a palavra ao Sr. Carlos Dias.-----

Interveio o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, referindo sobre a ETAR em construção na Felgueira, que é precisa, a ETAR e o resto do saneamento e ligações, que já ajudou a Câmara no fornecimento de alguns materiais, pois é uma obra que já devia estar feita há muito tempo e que agora será concluída. Quanto à ETAR de Cabrum referiu que, funciona mal, mas funciona, que as ligações estão todas feitas, a todas as

2017.02.24

peessoas que demonstraram interesse, havendo uma ou outra que não está ligada por não terem demonstrado interesse nesse sentido. A Junta de Freguesia ajudou várias pessoas a ligar-se ao saneamento fornecendo alguns materiais. Está cerca de 80% a 90% ligado.-----

No que se refere à situação do Centro Escolar Arões/Junqueira, referiu que não é um “caos assim tão grande”, que uma funcionária ficou de baixa, uma só não duas. Está dentro do assunto pode parecer que anda distraído mas tem a obrigação de saber o que se passa na sua Freguesia. A senhora estava de baixa, tendo regressado para apanhar as férias do carnaval, não sabe se vinha doente ou não, mas regressou ao serviço, e neste caso a Dr.^a Paula solicitou que o guarda substituísse a D. Altina, o que fez pelo menos durante dois ou três dias por semana, fazendo o trabalho que esta senhora fazia. Acha que as outras que lá estão, com um bocadinho mais de esforço também asseguravam o resto dos trabalhos. Quanto ao que sabe aquilo não é lá nenhum caos. Quanto ao menino que se aleijou e ao facto da professora ter ido com ele, referiu que até ele enquanto Presidente da Junta, se acontecer na sua Freguesia uma situação complicada é capaz de acompanhar o doente, “não é nenhuma coisa de bradar aos céus”. Aquilo está calmo e pacífico, não está a “pintar a pílula”, está a dizer a verdade, a escola está a funcionar. Se disserem que a escola está a funcionar bem, não está, se resolver o problema de alguém se afogar na piscina é tirar-lhe a água, isso é que é pena, a piscina devia estar cheia e devia funcionar. Agora, pelo menos tem a certeza que nem que caia algum menino e rache a cabeça, não morre afogado.-----

O Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva referiu que não iria falar da sua Freguesia, mas da Freguesia limítrofe à sua – Cepelos, embora não esteja mandatado para tal pelo Sr. Presidente da Junta, alertando que há dias ía a caminho das Montanhas Mágicas, a pé, e deparou-se com a seguinte situação: no

2017.02.24

troço da EN 227, entre a entrada para a barragem Eng.º Duarte Pacheco e o fundo da reta da Batalha, ficou um terreno, que em tempo foi utilizado pelos empreiteiros da estrada para estaleiro, que agora é uma autêntica lixeira a céu-aberto. “Se alguém precisar de escolher louça sanitária ou outros produtos, pode ir lá, que está lá tudo em exposição”. Ultimamente serve de depósito de madeiras dos madeireiros que andam no Concelho. Acha que há pessoas que moram na zona que são responsáveis por essa área, que com certeza se devem aperceber, passam lá todos os dias, portanto pede um bocado de atenção, e que seja notificada a IP, SA (Infraestruturas de Portugal, SA) para prolongarem os *rails* da estrada e evitar o “nojo” que ali está. Se querem que Vale de Cambra seja turístico não é com este postal que vão dizer bem de Vale de Cambra.-----

Referiu de seguida um pedido da Junta de Freguesia de Cepelos, sobre a ponte existente mais acima. Acrescentou que há alguns dias, por coincidência, passou lá na altura em que passou um *semi-trailer*, o condutor certamente não conhecia a estrada, e esteve lá quase uma hora à espera para passar. É uma estrada boa até ali e a partir da ponte é estreita. Sabe que tal não compete aos serviços da Câmara Municipal, mas se houvesse mais um pouco de empenho dos serviços e do Executivo, deveriam chamar a atenção dos senhores da IP, para melhorar aquela passagem. Além de ser um perigo, acha que já deveriam ter feito alguma coisa nestes anos todos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal encerrou o período de antes da ordem do dia, passando-se de imediato ao ponto 1, da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE

2017.02.24

SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para apreciação, informação escrita, datada de 14 de fevereiro de 2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre 18 de novembro de 2016 e 6 de fevereiro de 2017.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu como sempre estar disponível para prestar algum esclarecimento que os membros da Assembleia Municipal pretendam, dado que como tem sido habitual a informação procura ser o mais exaustiva e clara possível, e daí não haver necessidade de estar a falar pormenorizadamente sobre este assunto.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal datada de 14 de fevereiro de 2017.-----

Ausentou-se, por momentos, o Sr. José do Nascimento Peres.-----

2. CRITÉRIO DE REPARTIÇÃO DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (NA SEQUÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, DE GESTÃO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO) | PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE DEZEMBRO DE

2016: Presente deliberação da Câmara Municipal, datada de 27 de dezembro de 2016, pela qual solicita acordo expresso da Assembleia Municipal quanto ao critério de repartição da dívida da Área Metropolitana do Porto, do seguinte teor:

“Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina-se que a dívida total de operações orçamentais da Área Metropolitana do Porto (AMP), apurada em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º do mesmo diploma, é imputada de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.-----

2017.02.24

Exceciona-se daquele rateio proporcional a dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia”-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que se pretende salvaguardar qualquer efeito menos positivo que possa advir desta afetação dos transportes STCP no seio da Área Metropolitana, com a Autoridade Metropolitana de Transportes. Importa salvaguardar os onze Municípios que não têm STCP, para que não haja no futuro a tentação de que algumas despesas geradas pela STCP venham a ser imputada a estes. É claramente uma deliberação de salvaguarda no sentido de proteger os onze Municípios, procedimento semelhante está a decorrer nestes Municípios.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27.12.2016, dar o seu acordo expreso quanto ao critério de repartição da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, a cada Município associado, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 16.12.2016, do seguinte teor:-----

“Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina-se que a dívida total de operações orçamentais da Área Metropolitana do Porto (AMP), apurada em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º do mesmo diploma, é imputada de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.-----

Exceciona-se daquele rateio proporcional a dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, da descentralização das competências de

2017.02.24

autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva comparticipação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.”.-----

Ausentou-se, por momentos, o Sr. Albano Oliveira Braga.-----

Ausentou-se da sessão, por se encontrar impedido de apreciar e votar o ponto que se segue, o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida.-----

3. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DO MUNICÍPIO, DO CAMINHO DENOMINADO “TRAVESSA DA QUINTA DA RELVA” (UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO), NOS TERMOS DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE DEZEMBRO DE

2016: Presente deliberação da Câmara Municipal de 27 de dezembro de 2016, pela qual propõe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, o caminho denominado Travessa da Quinta da Relva, sito na União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com a área de 193m², conforme planta 1/500.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que se pretende fazer a desafetação do domínio público e fazer a integração deste trato de terreno no domínio privado para posterior negociação, tendo em conta que este caminho/rua deixou de fazer sentido e de ter utilidade com o aparecimento de um grande investimento por parte do grupo ARSOPI.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, o caminho denominado Travessa da Quinta da Relva, sito na União das freguesias

2017.02.24

de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com a área de 193m², nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27.12.2016.-----

Reentrou o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida.-----

Ausentou-se da sessão, o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, por se encontrar impedido de apreciar e votar o ponto que se segue.-----

4. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DO MUNICÍPIO, DE UM TRATO DE TERRENO SITUADO ENTRE ARRUAMENTO DO PARQUE DA CIDADE DR. EDUARDO COELHO E UM PRÉDIO PROPRIEDADE DE CASTRO E ALVES, LDA (QUINTA DE S. DOMINGOS), SITO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 10 DE JANEIRO DE

2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 10 de janeiro de 2017, pela qual propõe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desafetar do domínio público para o domínio privado do município, o trato de terreno, com a área de 869 m², situado entre o arruamento do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e um prédio propriedade de Castro & Alves, Lda. (Quinta de S. Domingos em Vila Chã) na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, conforme planta 1/1000.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que é uma situação algo semelhante à anterior. Entrou na Câmara Municipal um projeto muito interessante para o concelho, que tem a ver com a construção de um hotel no terreno contíguo ao Parque da Cidade, e como o Município tem ali uma “pequena fatia”, localizada entre a propriedade privada e o passeio público, pretende-se desafetar do domínio público e integrar no domínio privado, para posterior negociação com o privado com vista à viabilização deste grande investimento.-----

2017.02.24

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, o trato de terreno, com a área de 869 m², situado entre o arruamento do Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho e um prédio propriedade de Castro & Alves, Lda. (Quinta de S. Domingos em Vila Chã) na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 10.01.2017.-----

Reentraram na sessão os senhores José do Nascimento Peres, Albano Oliveira Braga e Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho.-----

Retirou-se da sessão o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques, por fazer parte dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia.-----

Retiram-se da sessão, por fazerem parte da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, os senhores Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr.^a Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^o Rui Manuel Martins de Almeida Leite, tendo assumido a condução dos trabalhos o 1.^o Secretário da Mesa da Assembleia, Eng.^o Jorge Manuel dos Santos Silva.-----

5. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO | SANTA CASA DA MISERICÓRDIA | PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24 DE JANEIRO DE 2017: Presente deliberação da Câmara Municipal de 24 de janeiro de 2017, pela qual qualificou a ampliação do edifício do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra como empreendimento de carácter estratégico, reconhecendo assim o interesse público estratégico, ao abrigo do artigo 101.^o B do Regulamento do Plano Diretor Municipal, remetendo o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da Informação técnica.-----

2017.02.24

O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, referiu que se pretende o reconhecimento do Interesse Público Estratégico, requerido pela Santa Casa da Misericórdia com vista à ampliação das suas instalações, e que o interesse público estratégico é de vital importância para a Santa Casa da Misericórdia.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e dois membros presentes, reconhecer o Interesse Público Estratégico do empreendimento, da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 24.01.2017.-----

Reentrou na sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, assumindo a condução dos trabalhos, bem como os senhores: **Dr. António Fernando de Pina Marques, Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro.**-----

6. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – PROPOSTA DE PETIÇÃO A APRESENTAR À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:

Presente a seguinte informação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, datada de 14 de fevereiro de 2017, com o seguinte teor: “Dado que a Assembleia da República apresentou ao Governo, uma recomendação para a avaliação da reorganização territorial das Freguesias e do respetivo reforço de competência, Resolução 8/2017, de 25 de janeiro;-----

Dado que as solicitações apresentadas à ANMP de ajuda/colaboração para a elaboração não mereceram, até ao momento, qualquer resposta desta entidade;--

Dado que o mandato está a chegar ao fim e este assunto tem de ficar resolvido;---

Dado que todos os Membros da Assembleia Municipal foram mantidos ao corrente dos esforços envolvidos para que fosse elaborada a petição final

2017.02.24

“fechada” como dá conta a circular 80/2016, de 28.10.2016, a qual identificava a ausência da dita petição “fechada” e pronta para ser submetida à Assembleia da República, e como esta circular solicitava a apresentação e colaboração para a elaboração e apresentação do dito documento numa redação final, e como até à data, nada foi recebido pelo Presidente da Assembleia no sentido de dar por terminado este processo, vem o mesmo apresentar, para aprovação, o texto que se segue, a enviar às entidades identificadas na ata da sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2016.”-----

Anexa a proposta de texto da petição, a saber: “Pela Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro, assistiu-se no concelho de Vale de Cambra à criação por alteração dos limites territoriais da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

O entendimento que presidiu à criação por alteração dos limites territoriais da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, assenta na promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local, no alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos, no aprofundamento da capacidade de intervenção da Junta de Freguesia, na melhoria e desenvolvimento dos serviços, na promoção de ganhos de escala de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais, com a preservação da identidade histórica, cultural e social das entidades locais.-----

Ora, o que se verificou para cumprir este desiderato, foi a manutenção do funcionamento dos antigos espaços das sedes de freguesias.-----

A manutenção dos espaços abertos das sedes de Juntas de Freguesia existentes até à entrada em vigor da Lei 11-A/2013, foi a única forma de dar resposta à manutenção da proximidade e melhoria de desenvolvimento dos serviços, não se tendo alcançado os hipotéticos ganhos de escala e eficiência e massa crítica, tendo sim aumentado a entropia na gestão do modelo assim determinado. -----

2017.02.24

Por outro lado, as freguesias com limites e histórias seculares viram-se agregados numa mescla onde a identidade se perde, e vai perdendo com o tempo. Neste sentido, solicita-se a reposição da Freguesia de Vila Chã, da Freguesia de Codal e da Freguesia de Vila Cova de Perrinho, no Concelho de Vale de Cambra.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, referiu que a documentação foi distribuída, e que as razões e o texto da proposta a ser apresentada, está na posse de todos os membros, pelo que passou de imediato a palavra à assembleia.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu o seu contentamento por este assunto voltar à Assembleia, de onde, em seu entender, nunca devia ter saído. Demonstrou alegria por ter aqui este assunto que, há num ano saiu daqui, sob proposta, aprovada por unanimidade e aclamação, que dizia e propunha que era aqui na Assembleia Municipal que sairia a petição para o poder local a mandar à Assembleia da República. Hoje não sabe se é na Assembleia da República, se é no Governo, porque entretanto houve muitas alterações. Na altura, disse que a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) era um saco de gatos e, de facto, “fomos bem arranhados” durante um ano, porque não houve qualquer tipo de resposta conforme informação do Sr. Presidente, em que acredita, e aqui ficaram silenciosos e mudos à espera dessa colaboração. O Sr. Presidente da Assembleia apresenta aqui uma proposta, que referiu não ir discutir. Em seu humilde entendimento, deveria ser a Assembleia Municipal a fazer essa proposta, mas contudo o Sr. Presidente apresenta uma proposta. Se a proposta se mantiver, deixa ao critério do Sr. Presidente, pois têm também uma proposta a apresentar à Mesa da Assembleia, que fará o que entender, considerando que quer haja uma, duas, três ou cinco propostas, quanto mais melhor, o PSD votará favoravelmente todas, pois é tempo de acabar com

2017.02.24

isto. Estão aqui três bancadas, cada uma poderá apresentar a sua, e todas elas de forma direta e leal, votarão favoravelmente todas. -----

Foi entregue à Mesa da Assembleia, a proposta da bancada do PPD/PSD, de texto da petição a apresentar à Assembleia da República, com o seguinte

teor: “A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, em consonância com as posições recorrentemente assumidas, logo que foi publicada a legislação sobre a Reforma Administrativa, posições essas que sempre tiveram como ponto fulcral a oposição à agregação imposta, vem reiterar todo o procedimento, provado que está que tal reforma não serve os interesses das populações, desiderato primeiro que deve estar presente nas preocupações das forças políticas com responsabilidades locais.-----

Sem se pretender apresentar um elenco exaustivo das ações levadas a efeito pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, a seguir se discriminam as mais significativas.-----

1. Em 10 de janeiro de 2012, foi deliberado, por unanimidade, a rejeição da agregação de freguesias, consubstanciada por uma moção nesse sentido.-----

2. Em 27 de abril de 2012, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, constituir uma Comissão de Acompanhamento do processo de reorganização administrativa territorial autárquica, formada por três deputados, um de cada partido.-----

3. Na reunião de 15 de outubro de 2012 foi aprovada a proposta de pronunciamento elaborada pela Comissão de Acompanhamento.-----

4. A alternativa à solução proposta e aprovada configurava, sem mais, a imposição técnico-legal da agregação de cinco freguesias, a saber: Vila Chã, Codal, Vila Cova de Perrinho, S. Pedro de Castelões e Macieira de Cambra.-----

2017.02.24

5. Por consequência, resolveu-se adotar, como melhor solução e como mal menor, assim à data considerado, o procedimento traduzido pela redução de cinco para três o número de freguesias a agregar.-----

6. A experiência colhida durante estes anos de agregação confere legitimidade suficiente e fundamento bastante à posição de rejeição desde o início do processo manifestada pela Assembleia Municipal.-----

7. Paralelamente, a abertura do Governo e da Assembleia da República, recorrentemente denunciada pelos mais diversos meios, para a reabertura do processo, conduziu à apresentação, na reunião da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2016, de uma proposta para elaboração de uma Moção, a enviar, em tempo útil, à Assembleia da República, a qual viria a ser aprovada por unanimidade e aclamação.-----

8. A oportunidade e a legitimidade dos procedimentos adotados pela Assembleia Municipal e atrás referenciados sumariamente e a título de exemplo, ganham maior consistência quando se sabe que a própria Assembleia da República promoveu uma audição das autarquias, como primeiro passo para a necessária reabertura do processo.-----

9. Até aqui, a Assembleia Municipal manifestou a sua discordância em relação à reforma administrativa imposta, em abstrato e como uma posição de princípio, pelo que será da maior pertinência fazer algumas referências, ainda que sucintas, à especificidade das freguesias do Concelho de Vale de Cambra que foram objeto de agregação, a saber: Vila Cova de Perrinho, Codal e Vila Chã.-----

10. Com efeito, as referidas freguesias caracterizam-se por uma singularidade sócio-cultural bem vincada, para além de contarem no seu território com importantes polos industriais de projeção internacional, que lhes conferem vida própria e afastam qualquer fundamento para a sua agregação.-----

2017.02.24

11. Nestes termos e por este meio, vem a Assembleia Municipal de Vale de Cambra solicitar a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República que se digne levar em consideração a posição inequivocamente assumida pelos membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, por forma a que tal posição venha a ter efeitos práticos.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, referiu o seu ofício de 28 de outubro de 2016, em que solicitava a colaboração de todas as bancadas, de todos os membros, e ninguém respondeu. Retirou a proposta por si apresentada. Enviou o ofício em 28 de outubro, fizeram “letra morta” do documento e agora chegam aqui com uma proposta. Retira, portanto, a sua proposta, não se vai sujeitar a uma situação destas.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, e sobre esta matéria, referiu que em devido tempo, quando esta questão foi abordada na Assembleia, um ex-Presidente das Juntas de Freguesias agrupadas, concretamente o Dr. Almerindo, disse que era contra, que isto era matéria que deveria passar primeiro pela aprovação das Freguesias em causa. O PS não está contra, antes pelo contrário, mas antes de ser submetida a esta Assembleia deve passar pela União de Freguesias em causa, ouvindo a população local. Estar a decidir sem ouvir a população local, entendem que não é inteiramente correto, e isto foi manifestado por um ex-Presidente de Junta. Até porque não sabem em concreto as vantagens que tiveram, mas na altura da reforma administrativa, dizia-se que a União de Freguesias iria beneficiar de um subsídio compensatório. Não sabe se as populações agora com esse subsídio preferem agora as condições que têm atualmente e estar como estão, a voltar atrás. O PS não está contra a separação das Freguesias como outrora, mas entende que devem ser ouvidas as populações locais.-----

2017.02.24

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, referiu que levantar este problema agora não tem cabimento, tiveram uma data de assembleias para discutir este assunto. Portanto, toda a gente já tem as opiniões muito clarificadas relativamente a este assunto.-----

Acrescentou que, havia uma proposta, que foi pedido ao Presidente da Assembleia para desenvolver, e que estavam os grupos todos disponíveis para colaborar. O Presidente da Assembleia em função do ruído que foi mantido pediu a colaboração das pessoas, as pessoas não lêem os documentos provavelmente, não se aperceberam, não disseram nada e, portanto, como o Presidente se sente um pouco vilipendiado o Presidente retirou a proposta por si apresentada.-----

Existindo aqui uma outra proposta na Mesa, o Sr. Presidente disse que iria por essa proposta a votação. Antes será lida, mas o assunto já está demasiado debatido, para se acrescentar o que quer que seja à votação. A sua proposta retirou-a, em virtude de existir outra proposta na mesa. Este assunto já está a ser discutido à várias sessões, já toda a gente sabe e clarificou, muitas vezes com violência verbal, as suas posições. Continuar nisto é “chover no molhado”. A única coisa a fazer é votar a proposta.-----

O 2.º Secretário, Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira, passou a ler a proposta apresentada pela bancada do PPD/PSD, e que acima se transcreveu.----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar o texto da petição proposto pela bancada do PPD/PSD, por maioria de treze votos contra (da bancada do CDS/PP), oito votos a favor (da bancada do PPD/PSD) e sete abstenções (dos quatro elementos do PS; do Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, da bancada do CDS/PP; e dos Srs. Carlos Manuel Almeida Dias e Rogério Brandão dos Santos, da bancada do PPD/PSD).-----

Declaração de Voto do Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida, da bancada do PS:

“Eu queria dizer que nos abstivemos por uma razão. Tal como referi

2017.02.24

anteriormente, não estamos contra a reposição das Freguesias, mas pretendemos saber qual é a opinião das respetivas freguesias. Esta é a razão de nos abstermos. Depois de ouvir a opinião da população das freguesias, se eles forem favoráveis, nós votaremos favoravelmente.”-----

O Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva subscreveu as palavras do Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida. -----

Declaração de voto do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida: “Eu votei contra, não tem a ver propriamente com discordância quanto à substância da proposta que foi apresentada, mas por estar “em solidariedade” com o Sr. Presidente e pela forma como todo o processo foi conduzido, e por entender que, de facto, esta proposta tem algum carácter oportunístico.”-----

Os senhores José do Nascimento Peres, Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Sr. António Luís Martins Costa, Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, Albano Oliveira Braga e Joaquim Orlando Paiva, subscreveram as palavras do Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida. ---

Declaração de Voto do Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho: “Eu propus este assunto desde o início, da restauração das nove freguesias porque achei que era um tema absolutamente unânime e até aclamado, e fi-lo de uma forma aberta pondo o assunto nas mãos da Assembleia Municipal. Portanto, era a Assembleia Municipal que iria fazer a petição, os Grupos que têm assento na Assembleia Municipal. E, mais uma vez, aqui, hoje, fiz essa proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal congratulando-me com a vinda do assunto aqui à Assembleia Municipal. Portanto, mais, disse, em nome da bancada, que nós apoiaríamos qualquer proposta fosse de quem fosse, para resolver este assunto de forma unânime, como deveria ter sido feito. Portanto, eu depusitei toda a esperança desta petição na Assembleia Municipal. Na altura que o fiz, abri às Assembleias de Freguesia. Aqui, na Assembleia Municipal, poderia ter vindo o

2017.02.24

belíssimo texto apresentado pelo Sr. Dr. Almerindo Santos, quando fez a defesa intransigente da Freguesia, e do Sr. Campos, que são belíssimos textos já de carácter histórico na defesa da identidade das suas Freguesias. Isso não aconteceu, mas a bancada do PSD ainda espera que a Assembleia Municipal venha a refletir sobre o assunto porque isto é um assunto que não ultrapassa qualquer bancada e qualquer questão política, e que ainda possamos ir a tempo de resolver esta questão em bom tempo e a contento de todos.”-----

Declaração de voto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui

Manuel Martins Almeida Leite: “Eu julgo que é extraordinariamente importante a organização do território. Há situações que são extraordinariamente particulares de cada região e essas devem ser preservadas. Contudo, eu acho que, muitas vezes, mais importante que isso são os próprios Presidentes das Juntas que, na forma como gerem, podem determinar e condicionar significativamente o desenvolvimento das regiões. Só depois de isto ser bem analisado é que eu julgo que estaremos em condições de fazer então uma coisa mais profunda e discutir este assunto como desde o princípio eu achei que ele devia ser tratado. Como nós nos estávamos a aproximar do fim do mandato, eu queria que este assunto ficasse definitivamente resolvido, porque eu já conheço as artimanhas que são utilizadas, relativamente à condução dos trabalhos por parte do Presidente da Assembleia. É neste sentido que fiz todo o trabalho, que retirei a proposta que tinha feito, e que votei contra esta proposta que foi apresentada. Não tenho nada contra as Freguesias, é neste sentido, é um sentido digamos pedagógico relativamente à condução dos trabalhos.”-----

7. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FAZER FACE À DECISÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL, RELATIVA À VCP – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE VALE DE CAMBRA, S.A. E ASSUNÇÃO DO RESPETIVO COMPROMISSO PLURIANUAL | RATIFICAÇÃO DA

2017.02.24

DELIBERAÇÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016 (PONTO 13): Presente ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ref.^a 220/2017, de 14.02.2017, solicitando o agendamento de “Ratificação da deliberação da Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2016 – ponto 13”, considerando o exposto na informação do Chefe da DAF (Divisão Administrativa e Financeira), Dr. Rui Valente, do seguinte teor: “No seguimento de uma questão em particular levantada pelo Tribunal de Contas face ao pedido de visto prévio solicitado por esta Câmara Municipal e relativo ao assunto em epígrafe, devo informar que:-----

1 – A questão levantada refere-se ao cumprimento do n.º 6 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, onde é referido que “Os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, incluindo os empréstimos contraídos no âmbito dos mecanismos de recuperação financeira municipal previstos na secção seguinte, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções”;-----

2 – A votação do ponto em questão na sessão de Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2016 traduziu-se em doze votos a favor e treze abstenções;-----

3 – São vinte e oito membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra em efetividade de funções;-----

4 – Pelo exposto no ponto 1, a maioria absoluta teria que se traduzir em 15 votos a favor;-----

5 – Não obstante, existe legislação com considerações relativas à maioria, por exemplo o n.º 2 do artigo 54.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em que refere que “As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria”;-----

2017.02.24

6 – O próprio Regimento da Assembleia Municipal refere, no seu artigo 35.º, que “as deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria”. Este artigo poderá ser conjugado com o artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere que “As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal ou estatutária, se exija maioria qualificada ou seja suficiente maioria relativa”;

As situações atrás apresentadas poderão ter causado equívoco na própria votação. Eventualmente, algum(ns) membro(s) da Assembleia Municipal poderiam não estar na posse da informação completa relativa à exigência para aprovação da matéria em questão.

Assim, e não obstante a legislação diversa que atrás se mencionou, a legislação referida no ponto 1 é especial por ser aplicável a casos concretos, pelo que reitero o exposto na minha informação de 27 de outubro de 2016, presente na reunião de Câmara Municipal de 2 de novembro de 2016 em que: -----

“Os contratos de empréstimo de médio e longo prazos, incluindo os empréstimos contraídos no âmbito dos mecanismos de recuperação financeira municipal previstos na secção seguinte, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções”.

É essencial, portanto e salvo melhor e mais douta opinião, nova deliberação de Assembleia Municipal, que produza efeitos à data de 12 de dezembro, onde uma maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, ratifiquem a votação

2017.02.24

tomada na sessão de 12 de dezembro de 2016, dado que esta possui um vício material.”-----

Mais refere o Sr. Presidente da Câmara, no seu ofício, que esta deliberação de ratificação terá que o ser por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, ou seja terá que se traduzir em pelo menos 15 votos favoráveis.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que este assunto foi presente à última sessão da Assembleia e foi votado com alguma normalidade, foi o processo remetido para o Tribunal de Contas. Quando o processo foi devolvido com uma série de questões, e esta estava lá vertida. Não obstante numa primeira fase ter sido feita uma informação em que se falava da questão da maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, depois quando se remeteu a informação para a Assembleia Municipal essa questão não estava lá vertida. Assim, foi feita a votação, ninguém se apercebeu, estavam cá todos à exceção dos que faltaram nessa sessão, estavam os Técnicos da Câmara, e ninguém se apercebeu deste facto. Aquilo que agora é pedido, objetivamente, e porque se trata de assunto de séria importância para o Concelho, um assunto sério, devem olha-lo com o máximo de responsabilidade, é a ratificação da deliberação da Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2016, no seu ponto 13. Esta ratificação tem de ser votada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções. É o desejável para o Concelho.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que, neste momento, está em discussão um assunto de suma importância para o Concelho. Nos termos da Lei das Finanças Locais é necessária a maioria absoluta dos membros, e estiveram todos distraídos na última sessão, não tiveram em consideração essa exigência, e com a votação feita na última sessão não é suficiente para poder aprovar este financiamento. Este financiamento é

2017.02.24

crucial para resolver este problema que derivou da sentença do Tribunal Arbitral, pelo que apelou aqui à responsabilidade de todos os membros da Assembleia, porque o está em causa não é uma situação política, há uma sentença que tem de ser cumprida. Se o financiamento não for aprovado, não sabe o que poderá acontecer. Julga que poderá o Autor desta ação pedir a execução da sentença, não sabe se poderão ser penhoradas as receitas e o património da Câmara, o que sabe é que um financiamento que possa ter uma vida superior a um mandato tem de ser aprovado por maioria absoluta dos membros da Assembleia. Neste caso, aquilo que vai ser pago 'algo que foi decidido, não foi nada que tivesse sido feito por este Executivo ou a bancada que o apoia, obviamente tentaram resolver a situação e procuraram uma solução, que em sua perspetiva, é uma boa solução para o Concelho, é um financiamento com condições bastante interessantes, quer pelo prazo, quer pela taxa de juro em causa, e que nesse longo prazo a Câmara terá condições de resolver o serviço da dívida. Se isso não acontecer, se ficar estrangulado, provavelmente, e não querendo aqui desenhar um cenário tenebroso, mas será um cenário muito difícil, será um cenário provavelmente de ter de aumentar as receitas correntes, ter de levar as taxas dos impostos para o máximo, provavelmente aumentar o preço da água e dos serviços que prestam. Será algo que a população de Vale de Cambra não irá aceitar. Daí o seu apelo à responsabilidade de todos, para que possam aprovar esta operação que é fundamental para a sustentabilidade económica e financeira do Município. -----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo ter indicação que o Dr. Rui Valente, da DAF, avisou a Câmara Municipal em 27.10.2016, dessa necessidade. Até esta data houve de certeza tempo, tem confiança nisso, de que se preparasse essa votação, esperando que esteja seguro a votação deste ponto, que também considera importante, não há dúvida nenhuma. Aliás, na declaração

2017.02.24

de voto que o PSD fez na última assembleia, é a dignidade do Município que está em causa e por isso não se opuseram. -----

Dirigindo-se ao Dr. José Soares disse esperar que hoje este assunto seja aprovado. Porque relativamente à bancada do PSD, ninguém, de que tenha conhecimento, a ninguém foi pedido qualquer colaboração. Não é politicamente correto, vamos ser francos. Portanto, não foi pedido à bancada do PSD nenhum tipo de colaboração, espera que esta maioria esteja assegurada.-----

Usou da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referindo que “este buraco” surge porque alguém o propôs, é um “buraco” que vem do mandato anterior. Já na última sessão disseram que não se pronunciariam mais sobre este ponto, a não ser para dar sugestões para rentabilizar ou minimizar aquele espaço, mas visto que tornou a vir aqui, disse que vem do mandato anterior e que foi aprovado com maioria absoluta com a proposta do executivo de então e com os votos favoráveis do CDS. Não percebe porque é que agora o PSD não vota favorável ao empréstimo, se foi o proponente do “buraco”, não vê porque agora não colabora para resolver o problema. Esta é a realidade. Tem aqui tantas vezes ouvido falar de dignidade e que os interesses de Vale de Cambra estão acima de tudo. E agora? Onde está a dignidade das pessoas que originaram este “buraco”? “Não fomos nós, não fomos ouvidos nem achados, são aqueles que propuseram e criaram esta situação, por muito que lhes doa, não podem fugir a esta responsabilidade.” Este executivo poderá eventualmente não ter conduzido o processo da melhor forma, aceita, está de acordo, também faz as suas críticas, mas a culpa vem de trás. E agora? Será preciso pedir-lhes para votarem a favor?-

Interveio o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias quanto ao “buraco”, disse que está cá desde 2005, que é o seu terceiro mandato. Que o “buraco” foi feito numa determinada conjuntura, agora estamos noutra conjuntura, de facto, no passado aquilo era uma boa obra, agora é uma má. Acha que os Presidentes que sucedem

2017.02.24

uns aos outros, herdamos os processos bons e os processos maus. Hoje está reconhecido que, de facto, o projeto do Parque não foi dos melhores mas, o atual Presidente nada fez para minimizar a situação do projeto que hoje todos dizem que é péssimo e mau, o pior de tudo. Mas, também, há outros projetos que são bons. Informou que vai votar favoravelmente, que já anteriormente votou favoravelmente, mesmo quando eram os cinco milhões de euros, agora são sete milhões e se hoje não for aprovado, amanhã serão dez. Na vida particular, quando se fazem dívidas têm de as pagar, portanto a Câmara tem dívidas tem de as pagar. Já devia ter sido aprovado e negociado quando eram cinco milhões, porque ninguém vai ficar a dever nada a quem fez a obra, “isso então era uma bagunçada”. Tem de ser aprovado. Vota favorável. -----

Dirigindo-se ao Dr. José Soares referiu que ele tem uma tarefa muito difícil, que às vezes tem de defender Deus, outras vezes tem de defender o Diabo. Às vezes vem defender que se tem de poupar um centavo e um tostão e agora tem de defender que tem de se gastar sete milhões. É uma tarefa difícil. -----

Também é a favor, que esta situação tem de se resolver agora e pagar os sete milhões, do que a amanhã pagar os sete milhões. Não é um favor que se esteja a fazer uns aos outros ou aos partidos, mas sim a todos os Valecambrenses mesmo gastando os sete milhões agora, porque se não amanhã vai pagar-se dez. Quem fez a obra vai recebê-lo, ela não foi feita nem num dia, nem numa noite, foi feita em muito tempo e houve tempo para ver se isto era mau ou bom. Se fez a obra tem de receber. Acrescentou que o problema agora é pagar isto, que vai votar favoravelmente, pois acha que já é tempo demais, nestes últimos quatro anos foi só discutir o parque e pouco mais se falou nesta Assembleia. -----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Eng.º Rui Leite, referiu que enquanto Presidente, e ao contrário do que diz o Sr. Dr. Reinaldo acha que, também, tem direito de opinião, portanto quis reconhecer o trabalho do

2017.02.24

Chefe de Divisão, Dr. Rui Valente, pela informação de 27 de outubro de 2016.
Acha que a Câmara Municipal tem bons Colaboradores.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo que começa a ficar contente e tranquilo porque parece que vai haver maioria absoluta, o que espera que se verifique. Ao contrário do que se possa dizer “aqui não há juízes de fora, somos todos juízes de dentro”, a responsabilidade de cinco, ou de sete, ou de dez, é coletiva. Voltou a referir que espera que haja maioria, e que antes de colocar o assunto a votação deve haver garantias da sua aprovação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria absoluta, com dezoito votos a favor (sendo catorze da bancada do CDS/PP: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira, Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, José do Nascimento Peres, Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, Eduardo de Almeida Correia dos Santos, Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva, Albano de Oliveira Braga, Henrique Martins Pereira, António Luís Martins da Costa, Abel de Pinho Soares e Dr.ª Cristina Maria Vasconcelos Quintas; três da bancada do PPD/PSD: Serafim Rodrigues, Carlos Manuel Almeida Dias e Rogério Brandão dos Santos; e da bancada do PS o Sr. João Pedro Costa) **um voto contra** (do Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras, da bancada do PS) **e nove abstenções** (dois da bancada do PS: Eng.º Afonso da Silva Almeida e Dr.ª Teresa Maria Moreira Gonçalves; e sete da bancada do PPD/PSD: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado, Dr.ª Rosária de Fátima Leite Tavares, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro e Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes) ratificar a votação do ponto 13, da ordem do dia da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2016, de modo a produzir efeitos à data de

2017.02.24

12.12.2016, momento em que deliberou, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2016, o seguinte:-----

- autorizar a contratação de empréstimo de longo prazo, até ao limite de sete milhões e quinhentos mil euros, a afetar ao cumprimento da sentença no Processo de Arbitragem *Ad Hoc* – VCP - Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A., aprovando, para os devidos e legais efeitos, as minutas dos contratos a celebrar com as Instituições Bancárias, Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Português de Investimento, S.A.-----

- autorizar o respetivo compromisso plurianual associado ao empréstimo.-----

Declaração de voto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui

Manuel Martins de Almeida Leite: “A minha declaração de voto é a transcrição, por maioria de razão, da declaração de voto que fiz na Assembleia anterior.”-----

Declaração de voto do Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho: “A

bancada do PSD mantém o sentido do seu voto na reunião de 12 de dezembro de 2016 exatamente porque não vislumbra quaisquer alterações, quer sob o ponto de vista substantivo, quer sob o ponto de vista formal. Por uma questão de economia de tempo, a bancada do PSD dá aqui como reproduzida, para todos os efeitos, a declaração de voto apresentada em 12 de dezembro de 2016, apenas com dois aditamentos: (1) lamenta que o Executivo devidamente advertido pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira não tenha levado em consideração a necessidade de uma maioria absoluta para a aprovação da proposta apresentada; (2) tem sérias reservas quanto à legalidade da solução encontrada.”-----

Declaração de voto do Sr. Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva:

“Voto a favor do ponto sete, desta convocatória da Assembleia Municipal, não porque tenha mudado a minha opinião quando me abstive na última Assembleia de 12 de dezembro de 2016, mas sim porque entendo ser esta uma decisão vital para o futuro do Município de Vale de Cambra e dos seus habitantes nos

2017.02.24

próximos vinte anos. Com esta minha decisão fico com a consciência tranquila no que respeita à governabilidade do Município, seja por quem for a partir deste momento. Contudo, este voto favorável não me conforta no que toca à displicência e ligeireza com que todos os intervenientes trataram este assunto, desde a sua génese até esta data. É mau de mais, basta ler a sentença do Tribunal Arbitral. Vale de Cambra é uma terra de gente laboriosa e honesta, ciosa dos seus princípios, por conseguinte paga o que deve, e espera que no futuro os eleitos do Município sigam este exemplo.”-----

Intervenção do Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, para defesa da honra, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal: “Sr. Presidente, isso já começa a ser algo repetitivo demais. Eu dirijo-me ao Sr. Presidente da Assembleia e o senhor refere-se a mim como cidadão. Eu sou membro desta Assembleia. Já lhe disse na última vez, com toda a consideração e respeito, e simpatia, também, que eu nunca disse na vida que o senhor não tinha direito a ter opinião. Engana-se redondamente. Eu posso ser um mau democrata, mas não chego aí. De maneira que, já uma vez lhe disse que as palavras retiradas do contexto perdem sentido, e é exatamente isso que aconteceu, eu disse coisas muito diferentes, mas não vou falar mais sobre isso. Só para dizer que, de facto, já chega!”-----

8. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Não se verificaram intervenções por parte do público presente, por não haver público inscrito.-----

